

# Interação com as organizações não governamentais em operações de paz

## Estamos preparados?

*Mauricio Valença da Cruz<sup>1</sup>  
Luiz Eduardo Rocha Paiva<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este artigo analisa a interação dos militares com as organizações não governamentais (ONG) nas Operações de Paz. O trabalho compara a cultura e as características das ONG e das forças militares e discute as possibilidades de cooperação entre esses importantes atores. O autor estuda a doutrina atual de coordenação civil-militar na Organização das Nações Unidas (ONU) e casos históricos de interações ONG-força militar em operações no Iraque, no Afeganistão, na Somália, em Ruanda, na antiga Iugoslávia, em Angola e no Haiti. São apresentadas medidas que devem ser tomadas pelos contingentes brasileiros para aprimorar a coordenação com as ONG em operações futuras. Na conclusão, o artigo sugere como as lições aprendidas nas operações correntes podem ser aproveitadas na melhoria contínua do preparo e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da doutrina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Operações de Paz. Assuntos Cívicos. Coordenação Civil-Militar. Preparo. ONG.

### ABSTRACT

*This article analyzes the military interaction with non-governmental organizations in Peace Operations. The work compares the culture and the characteristics of the non-governmental organizations and military forces and discusses the possibilities of cooperation between these key actors. The author analyzes the current doctrine of civil-military coordination in United Nations and historical cases of non-governmental organizations-Military Force interactions in operations in Iraq, Afghanistan, Somalia, Rwanda, the former Yugoslavia, Angola and Haiti. The study presents measures that should be taken by the Brazilian troops to enhance coordination with NGOs in future operations. In conclusion, the article suggests how lessons learned in current operations can be exploited for the continuous improvement in preparation and at the same time, in doctrine development.*

**KEYWORDS:** Peace Operations. Civil Affairs. Civil-Military Coordination. Preparation. NGOs.

---

<sup>1</sup> O autor é major da arma de Infantaria do Exército Brasileiro, doutor em Ciências Militares.

<sup>2</sup> O coautor é general de brigada da reserva do Exército Brasileiro, doutor em Ciências Militares.

## Introdução

As operações de paz (OP), hoje em dia, são multidimensionais, havendo ações nos campos militar, político, diplomático, econômico e psicossocial. Assim, as atividades nos diversos setores não ocorrem de forma isolada, sendo simultâneas e, muitas vezes, interdependentes.

Em uma missão de paz, para que se estabeleça a ordem e a segurança é indispensável que se tomem medidas visando à democratização e ao desenvolvimento do país. Dentro desse contexto, é inevitável que a força militar atue levando em consideração um importante ator no cenário dos conflitos modernos: a organização não governamental (ONG).

Apesar do pouco conhecimento que os militares possuem sobre as ONG, essas organizações não constituem fenômeno novo. Suas raízes remontam ao século XVI, ainda que o termo ONG tenha surgido com as próprias Nações Unidas.

A influência das ONG em conflitos armados cresceu de importância a partir do fim da Guerra Fria. A multiplicação e o fortalecimento de tais organizações vêm contribuindo para estabelecer novos contornos e procedimentos nos debates multilaterais, incluindo o ambiente das operações de paz do século XXI. Desse modo, a realidade complexa das ONG traz novos desafios para o sistema das Nações Unidas, abrangendo seu componente militar.

Pode-se resumir a relação entre as ONG e a Organização das Nações Unidas no seguinte relato, de TAVARES (1999):

A interação das ONGs com as Nações Unidas reflete contrastes e ambiguidades. Países que apoiam, de forma decidida, sua presença em determinadas áreas, como direitos humanos e meio ambiente, não demonstram o mesmo interesse na formalização de papéis semelhantes em outras, como desarmamento.

De sua parte, as organizações não governamentais mostram-se desejosas de influenciar, cada vez mais, as relações internacionais e atuar em igualdade de condições com os Estados, o que leva a questionamentos sobre seu caráter representativo e legitimidade. (TAVARES, 1999, p.12).

Constata-se que, nos dias atuais, a multiplicação e o fortalecimento de tais organizações vêm interferindo cada vez mais no ambiente operacional, o que pede uma constante atualização de procedimentos por parte das forças militares.

A doutrina militar que trata do relacionamento com os diversos atores civis em um ambiente de conflito é recente. No final de 1995, tropas lideradas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), na antiga Iugoslávia, atuaram sob a égide da ONU e, ao serem desdobradas, depararam-se com diversas organizações civis, que agiam legitimamente, em condições, inclusive, de apoiar as ações das tropas. Desse modo, houve a necessidade de integrar esses atores presentes nas áreas de operações e, em consequência, desenvolver um novo conceito — a coordenação cívico-militar, ou *civil-military coordination* (CIMIC), definida como a coordenação e a cooperação, em apoio à missão, entre os comandantes militares e os atores civis, incluindo a população e as autoridades locais, organizações internacionais (OI), ONG e agências.

A ONU, apesar de adotar outro termo — CMCOORD —, também busca o diálogo e a interação entre os setores civil e militar, por julgar necessário proteger e promover os princípios humanitários, evitar competições e perseguir objetivos comuns. Desse modo, foi definido um sistema de ação recíproca, compreendendo negociação, pacificação, apoio mútuo, planejamento conjunto e intercâmbio de informações entre as forças militares e as agências humanitárias, agências das Nações Unidas de desenvolvimento humano e da comunidade civil, a fim de alcançar os objetivos

propostos no mandato do Conselho de Segurança.

Ambos os conceitos, da OTAN e da ONU, assemelham-se, no Brasil, ao de Assuntos Cíveis. No entanto, o anteprojeto do manual de campanha C 41-6 (Assuntos Cíveis) e o manual C100-5 (Operações) não fazem menção às organizações internacionais, com suas agências, e às organizações não governamentais, em todos seus matizes, sempre presentes nos conflitos recentes, com ou sem a intervenção da ONU.

Os militares, de um modo geral, não possuem procedimentos padronizados para interação com esse tipo de organização. Ao mesmo tempo, as ONG, de um modo geral, têm dificuldade de entender a estrutura e o *modus operandi* das forças militares. Isso ocorre devido à carência de uma preparação adequada e de uma doutrina consolidada sobre o assunto.

Dentro desse contexto, este estudo pretende analisar o atual cenário das operações de paz e concluir sobre qual o melhor modo de preparação dos contingentes brasileiros no que tange à interação com esses novos atores.

## Metodologia

O trabalho foi baseado no que já se tem realizado nas missões de operações de paz, com destaque para a atuação no Haiti. No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa baseou-se em critérios comparativos, estatísticos e no estudo de caso.

Na comparação, levou-se em conta o que existe em outros exércitos e em organizações internacionais, como a ONU e a OTAN. O estudo de caso foi feito por meio da análise das missões com participação brasileira, principalmente a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH). O trabalho também levou em consideração conhecimentos extraídos de casos reais,

já ocorridos e em andamento, como as missões em Ruanda, na Somália, na antiga Iugoslávia, no Iraque e no Afeganistão.

Em linhas gerais, os passos principais desenvolvidos foram o levantamento e a seleção da bibliografia pertinente ao tema, seguida por uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A coleta desse material bibliográfico deu-se por meio de consultas às bibliotecas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola de Guerra Naval e do Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz). Outras fontes bibliográficas, como manuais militares e informações disponíveis na *Internet*, também foram amplamente utilizadas. Quanto à coleta de documentos, foram consultados os relatórios dos contingentes brasileiros da MINUSTAH e da UNAVEM.

Foi realizada uma pesquisa de campo para coletar os dados referentes à opinião dos militares brasileiros que serviram na MINUSTAH e de civis da ONG Viva Rio que estiveram no Haiti.

Procurou-se analisar a forma de preparação e emprego dos contingentes brasileiros em operações de paz das Nações Unidas.

As informações foram analisadas qualitativa e quantitativamente. Os dados foram tabulados e analisados por meio de representação gráfica. Foram verificadas outras possíveis deduções surgidas da análise dos dados levantados.

Por fim, foi elaborado o texto do trabalho, onde constam as conclusões sobre os resultados obtidos com a análise do problema.

## Resultados

### As ONG e as forças militares

As ONG têm distintos interesses e objetivos. Assim, podem-se elencar algumas áreas de atuação em que tais organizações exercem um papel de grande relevância na atualidade.

Na área dos direitos humanos, a contribuição das ONG tem sido no fornecimento de informações sobre a violação de tais direitos e na pressão para elaboração de normas que sejam ratificadas pelos Estados-membros da ONU.

O relacionamento das ONG com órgãos das Nações Unidas envolvidos com a área de assistência humanitária cresceu significativamente a partir da década de 1990. Cabe ressaltar que essas organizações têm adquirido particular visibilidade com as operações de paz. A própria ONU reconhece a importância delas nessa área, ao defender a manutenção do “espaço humanitário”, garantindo, assim, certa independência das ONG nesse tipo de atividade.

No que tange ao desenvolvimento econômico e social, as diversas agências de desenvolvimento da ONU vêm procurando promover uma nova agenda, em torno de fatores como a captação de recursos humanos, participação popular, fortalecimento institucional e diminuição da pobreza. Nesse contexto, elas têm procurado uma aproximação com as ONG, que possuem, de um modo geral, conhecimento técnico e boa capacidade de trabalho nessa área.

O meio ambiente e as populações indígenas são dois setores em que as ONG também têm atuado com intensidade crescente nas últimas décadas.

Apesar de existirem distintas áreas de atuação, os movimentos, de uma maneira geral, têm adotado um discurso cada vez mais abrangente. Desse modo, as fronteiras entre os diversos campos de ação tornam-se difíceis de ser estabelecidas. O gráfico a seguir resume esse cenário de atuação das ONG.

As ONG costumam ser descritas como um terceiro setor, distinto do governo e da área empresarial privada. No entanto, constata-se que diversos governos se utilizam dessas organizações para implementar políticas e canalizar recursos. Desse modo, a idéia de total independência dessas organizações é relativa, pois dificilmente terão condições de tomar atitudes que contrariem seus financiadores.

As ONG constituem um complemento útil nas missões de paz, pois são capazes de obter recursos externos para apoiar as ações de diversos segmentos. Além disso, servem como parceiros importantes para apoio às operações nos campos político, econômico, social e militar. Por outro



Figura 1 – Área de atuação das ONG  
Fonte: o autor

lado, em função de sua extrema diversidade, revelam características contraditórias: em certos casos são instrumentos de apoio às políticas públicas; em outros, elementos que desafiam a autoridade do Estado.

As ONG e as forças militares possuem interesses e características bem diferentes, o que pode dificultar ainda mais a interação entre esses importantes atores presentes em uma OP. O quadro abaixo resume essas diferenças:

<b>CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS</b>	
<b>ONG</b>	<b>Organizações Militares</b>
De caráter eminentemente pacifista	Belicismo por ofício
Independência do Estado ou OI	Instrumento do Estado ou OI
Independentes, sem subordinação	Subordinadas à autoridade e altamente disciplinadas
Objetivo Principal – garantia dos direitos humanos e das condições do meio ambiente	Objetivo Principal – restabelecer as condições de segurança do país
Autoridade descentralizada	Autoridade hierarquizada
Alguma instrução de campo	Experiência e instrução exaustiva no campo
Possuem especialistas em idiomas	Carência de especialistas em idiomas (BRASIL)
Poucos manuais e normas escritas	Publicações doutrinárias
Objetivos de longo prazo	Estratégia de saída – restituição do poder aos governantes
Imparcialidade	Cumprimento do mandato
Busca pela visibilidade	Possui visibilidade
Existência de recursos financeiros	Recursos escassos (depende de recursos externos)
Carência de meios para execução das tarefas	Estrutura poderosa e flexível
Dificuldade de administrar situações emergenciais	Capacidade de reação rápida diante das situações emergenciais
Chegam ou já estão antes da crise	Chegam depois de iniciada a crise

Tabela 1 – Características organizacionais das ONG e forças militares

Fonte: o Autor (adaptado da Nota de Instrução do Centro Conjunto de Operação de Paz do Brasil - CCOPAB)

e escrita no idioma inglês. Segundo o autor, oficiais que chegaram ao Haiti sem essa capacidade, ainda que competentes e aplicados, foram, invariavelmente, relegados a atividades de segundo plano.

Assim, há uma necessidade de preparação específica dos militares brasileiros, de modo a capacitá-los a atuar eficazmente nesse tipo de cenário e a interagir com esses atores.

Além disso, a definição de uma forma de preparação adequada em operações de paz pode servir de base para o desenvolvimento da doutrina de Assuntos Cíveis em um sentido mais amplo, incluindo-se as missões ofensivas, defensivas e de estabilidade e apoio.

A mais recente doutrina da ONU para as operações de paz — a *Capstone Doctrine* (2008) — atribui ao componente civil de uma missão os assuntos de governo, os políticos, os de reinserção à comunidade internacional e de democratização, além daqueles relacionados à reconstrução da infraestrutura, desenvolvimento, direitos humanos, ajuda humanitária, questões judiciais e outras. Cabe ressaltar que, no início das missões, quando as condições de segurança não são as mais adequadas, é comum que somente as forças militares e poucas ONG estejam presentes em determinadas regiões, sendo, assim, os únicos atores em condições de prestar apoio humanitário à população. Desse modo, fica bem caracterizada a importância da integração entre essas organizações neste tipo de missão.

### Pesquisa de campo

A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada com militares que serviram na MINUSTAH (oficiais e sargentos) desde 2004. Cabe ressaltar que após a criação do CIOpPaz, em 2006, a preparação para coordenação civil-militar vem-se aperfeiçoando gradativamente.

Quanto à preparação para a coordenação com os civis, em pesquisa de campo realizada por

JÚNIOR (2008), conclui-se que há necessidade de melhor preparação dos contingentes brasileiros, conforme o resultado obtido.

### Preparação para a coordenação com os civis

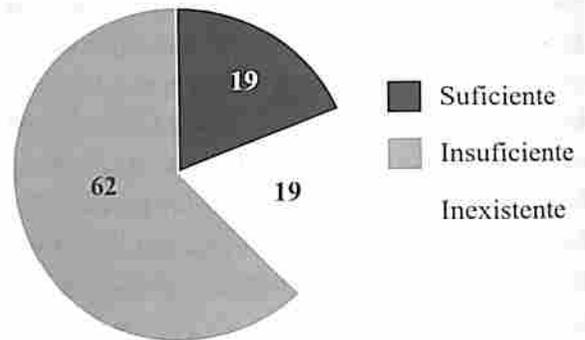


Figura 2 – Preparação para coordenação com os civis  
Fonte: Júnior, 2008

Em pesquisa realizada pelo autor em 2009, foi solicitada a opinião sobre o desempenho do contingente brasileiro no relacionamento com as ONG, identificando seus pontos fortes e as deficiências.

### Coordenação com as ONG

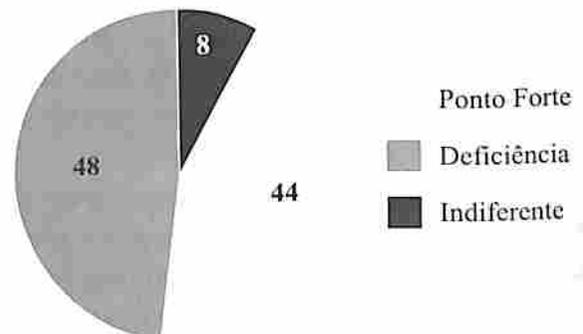


Figura 3 – Coordenação com as ONG  
Fonte: o autor

## Conhecimento sobre as ONG

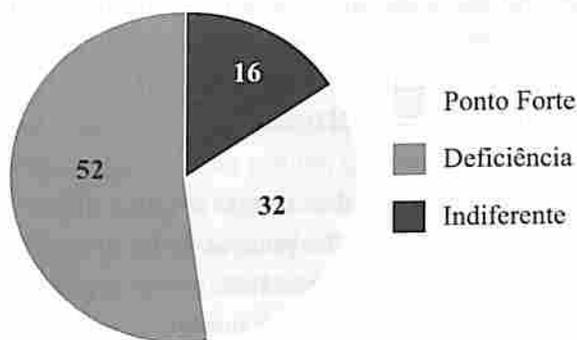


Figura 4 – Conhecimento sobre as ONG  
Fonte: o autor

## Existência de informações sobre as ONG no Haiti

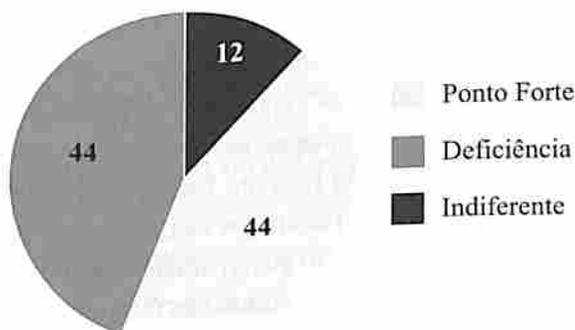


Figura 5 – Existência de informações sobre ONG  
Fonte: o autor

Constata-se que os contingentes podem aprimorar a coordenação com as ONG e, ainda, obter maior conhecimento sobre tais organizações. Ademais, a expressiva parcela que julgou a coordenação com as ONG e o conhecimento sobre esses atores como indiferentes para a missão comprova o despreparo de alguns militares no assunto.

## Discussão

O Exército Brasileiro deve estar preparado para atuar em todas as dimensões de uma missão de paz. Assim, é fundamental que seus líderes estejam aptos a operar em todos os campos das complexas OP, com vistas a evitar o insucesso na consecução dos objetivos militares.

A preparação dos contingentes brasileiros tem evoluído bastante, especialmente após a criação do CIOpPaz. No entanto, no que diz respeito à interação com civis e, particularmente, com as ONG, ainda há necessidade de aprimoramento, o que ficou evidente com o resultado da pesquisa de campo.

O sucesso na interação com as ONG não pode depender da iniciativa de alguns militares, que, mesmo destreinados, buscam o trabalho conjunto nas OP, por iniciativa própria e com a ajuda de características inerentes ao homem brasileiro. Assim, os procedimentos devem ser sistematizados para que maior eficiência e eficácia sejam alcançadas nessa interação. Como o Brasil não possui uma doutrina atualizada, os erros e acertos durante a preparação e o emprego nas missões de paz sob a égide da ONU devem ser estudados, de modo a desenvolver uma doutrina brasileira sobre o assunto.

Não é somente no treinamento específico que deve haver uma preocupação com esse tema. Os militares, ao deixar as escolas de formação, devem estar aptos a estabelecer a cooperação necessária com as diversas organizações civis (incluindo as ONG), sobre as quais não têm controle.

Desse modo, pode-se elencar uma série de conceitos nessa área que devem ser estudados pelo Exército para que se alcancem resultados ainda mais expressivos em OP sob a égide da ONU.

É importante que haja, por parte dos militares, um conhecimento prévio sobre as ONG que compartilham o mesmo ambiente operacional. Para

isso, deve ser mantido um banco de dados detalhado das ONG que atuam naquele ambiente. Esse documento deve ser constantemente atualizado, para que possa ser uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão dos comandantes. Além disso, essas informações devem ser aproveitadas pelo CIOpPaz, durante a fase de preparação dos contingentes para as diversas missões de paz.

Os líderes devem ter a exata noção de que, ao interagirem com as ONG, terão que agir de acordo com o mandato da ONU. Devem conhecer ainda a estrutura da organização para identificar a missão de cada componente, procurando, assim, evitar a duplicidade de ação. Cabe ressaltar que devem ser evitados os trabalhos de cooperação por iniciativa da força militar, sem o conhecimento da ONU, pois esses projetos podem beneficiar taticamente, mas estar em desacordo com os objetivos estratégicos da missão. No entanto, no caso de emergências humanitárias, os militares terão, muitas vezes, que tomar a iniciativa das missões, interagindo com diversos órgãos civis, crescendo assim a importância do conhecimento do mandato por parte dos comandantes nos diversos níveis.

As ações político-sociais que visam à melhoria da qualidade de vida da população contribuem, sobremaneira, para a conquista de “corações e mentes” do povo hospedeiro. Assim, os militares devem, em princípio, identificar as ONG como aliadas, buscando a cooperação mútua. Devem conhecer bem o *modus operandi* de tais organizações e considerar qual a melhor maneira de adaptar as características militares à interação, buscando a sinergia das ações. Para isso, o líder militar deve atuar de maneira proativa, visualizando as oportunidades de cooperação que possam colaborar com a missão da força militar. Nesse contexto, quanto mais alto o escalão, maior a necessidade de preparação dos chefes militares.

Não existe interação sem uma boa comunicação entre as forças militares e as ONG. Desse modo, torna-se fundamental a existência

de militares com fluência verbal e escrita em língua estrangeira. A preparação intelectual em determinados assuntos também é importante, destacando-se, nesse contexto, o conhecimento sobre Direito Internacional Humanitário (DIH), Direitos Humanos (DH), o sistema ONU e as leis do país em conflito.

Não devem ser descartadas as possibilidades de coleta de informações junto às ONG. Estas podem ser úteis, particularmente no início da missão, pois muitas organizações encontram-se presentes antes da crise. Dentro do espírito de cooperação mútua, podem ser passadas informações para as ONG, desde que não sejam de caráter sigiloso.

A interação com as ONG deve começar antes mesmo da missão. Na fase de preparação, deve-se aproveitar a experiência de integrantes de tais organizações em sala de aula e nos exercícios práticos. Durante o treinamento específico, a “imitação do combate” deve ser perseguida, fazendo-se necessária, assim, a presença de organizações não governamentais. O CIOpPaz já iniciou, no Rio de Janeiro, uma aproximação com a Viva Rio — ONG bastante atuante no Haiti. No entanto, ainda há espaço para maior aproximação. O Exército Brasileiro deveria encorajar a publicação de artigos escritos por membros de organizações não governamentais em seus periódicos. As lições aprendidas das ONG, em diversas operações, também devem ser aproveitadas, tanto nos currículos do CIOpPaz e estabelecimentos de ensino, como no desenvolvimento da doutrina.

### Conclusão

Constata-se que ainda há um grande caminho a percorrer para que haja uma boa coordenação entre militares e civis em situações de conflito. A ONU, as ONG e os militares devem buscar maior entendimento, de modo a evitar que, por motivos ideológicos, a população deixe de ser apoiada.

Para que alcance seus objetivos, o contingente militar deve atuar de modo integrado com as organizações internacionais, com a população, com a mídia e com as ONG. Para isso, deve haver uma preparação contínua dos militares nos diversos estabelecimentos de ensino e preparo. Destaca-se a capacitação do líder militar, que deve ter o conhecimento necessário para tomar decisões que não coloquem em risco a vida de seus comandados e, simultaneamente, garantam o sucesso da missão.

Além disso, no caso do Haiti, a preparação dos contingentes deve levar em consideração as lições aprendidas e as conclusões das análises das ameaças e oportunidades daquele ambiente e dos pontos fortes e fracos do contingente, no tocante à coordenação civil-militar. Essas análises devem ser aproveitadas na melhoria contínua da preparação e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento de uma doutrina de Assuntos Cíveis genuinamente brasileira. ☺

## Referências

- BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **C41-6: Assuntos Cíveis (Anteprojeto)**. Rio de Janeiro, 1987.
- \_\_\_\_\_. Estado-Maior do Exército. **C 23-1: Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**. 3. ed. Brasília, DF: 2003.
- \_\_\_\_\_. Estado-Maior do Exército. **C 21-30: Abreviatura, Símbolos e Convenções Cartográficas**. 4. ed. Brasília, DF: 2002b.
- \_\_\_\_\_. Estado-Maior do Exército. **C 95-1: Operações de Manutenção de Paz**. 2. ed. Brasília, DF: 1998.
- \_\_\_\_\_. Estado-Maior do Exército. **C 100-5: Operações**. Brasília, DF, 1997.
- \_\_\_\_\_. Estado-Maior do Exército. **C 101-5: Estado Maior e Ordens**. Brasília, DF, 2003.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **MD33-M-01 Manual de Operações de Paz**. Brasília, DF: 2001.
- BLACKSTONE, Robert C. Somália: Soldados em Operações de Estabilidade e Apoio. *Military Review*, Fort Leavenworth, p. 31-39. Julho-Agosto, 2005.
- BYERS, Michael. **A Lei da Guerra - Direito Internacional e Conflito Armado**. Rio de Janeiro: RECORD, 2007.
- CENTRO DE INFORMAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL. **ABC das Nações Unidas**. Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Formatação de Trabalhos Acadêmicos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Trabalhos Acadêmicos na ECEME**. Rio de Janeiro, 2004. (Manual).
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of the Army. Headquarters. **FM 3-0: Operations**. Washington, DC, 2008.
- \_\_\_\_\_. Department of the Army. Headquarters. **FM 3-05.40: Civil Affairs Operations**. Washington, DC, 2006.
- \_\_\_\_\_. Department of the Army. Headquarters. **FM 3-05.401: Civil Affairs Tactics, Techniques, and Procedures**. Washington, DC, 2007.
- \_\_\_\_\_. Department of the Army. Headquarters. **FM 3-07.31: Multi-Service Tactics, Techniques, and Procedures for conducting Peace Operations**. Washington, DC, 2003.
- \_\_\_\_\_. Department of the Army. Headquarters. **FM 100-23: Peace Operations**. Washington, DC, 1994.
- \_\_\_\_\_. Joint Chiefs of Staff. **JP 3-07.3: Peace Operations**. Washington, D.C., 2007.
- \_\_\_\_\_. Joint Chiefs of Staff. **JP 3-07.6: Joint Tactics, Techniques, and Procedures for Foreign Humanitarian Assistance**. Washington, D.C., 2001.
- \_\_\_\_\_. Joint Chiefs of Staff. **JP 3-08: Interagency, Intergovernmental, and Nongovernmental Organization Coordination during Joint Operations**. Washington, D.C., 2006.

- \_\_\_\_\_. Joint Chiefs of Staff. **JP 3-57: Joint Doctrine for Civil-Military Operations**. Washington, D.C., 5 set. 2001.
- \_\_\_\_\_. Joint Chiefs of Staff. **JP 3-57.1: Joint Doctrine for Civil Affairs**. Washington, D.C., 2003.
- \_\_\_\_\_. US Army Training and Doctrine Command. Headquarters. **100-23.1: Multiservice Procedures for Humanitarian Assistance Operations**. Fort Monroe, Virginia, 1994.
- FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse. **O Brasil e as operações de Manutenção de paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG; 1999.
- MARTINS FILHO, Elias Rodrigues. **O fator humanitário no processo de paz em Angola e seus reflexos no papel dos militares da Força de Paz**. Rio de Janeiro: ECEME, 1999. Monografia.
- MIRANDA, André Luis Novaes. **Assuntos Cívicos**. Rio de Janeiro, RJ, 24 abr. 2008. Palestra.
- BLACKSTONE, Robert C. **Somália: Soldados em Operações de Estabilidade e Apoio**. *Military Review*, Fort Leavenworth, p. 31-39. Julho-Agosto, 2005.
- PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. **O Componente Militar das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti**. *Military Review*, Fort Leavenworth, p. 2-13. Jan-Fev, 2007.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945. Disponível em: <[www.onubrasil.org.br/documentos\\_carta.php](http://www.onubrasil.org.br/documentos_carta.php)>. Acesso em: 10 Out. 2008.
- \_\_\_\_\_. **DPKO. Civil-Military Coordination Policy**. New York, 2002.
- \_\_\_\_\_. **DPKO. United Nations Peacekeeping Training Manual**. New York, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Integrated Missions Planning Process (IMPP)**. New York, 2006.
- \_\_\_\_\_. **UN Multidimensional Peacekeeping Operation**. New York, 2003.
- \_\_\_\_\_. **United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines (Capstone Doctrine)**. New York, 2008.
- \_\_\_\_\_. **OCHA. Civil-Military relationship in complex emergencies**. New York. 2004.
- OSBORNE, Craig A. **Preparing for the inevitable: NGO-Military Interactions in Humanitarian Assistance and Peace Operations**. Kansas: School of Advanced Military Studies - United States Army Command and General Staff College, 2001. Monografia.
- OTAN. **AJP 9: NATO Civil-Military Co-operation Doctrine**. 2003.
- PINHEIRO, Álvaro de Souza. **O Conflito de 4ª Geração e a evolução da Guerra Irregular Soldados em Operações de Estabilidade e Apoio**. *Revista PADECEME*. p. 16-33. 3º quadrimestre, 2007.
- REINO UNIDO. **JWP 03-50: Peace Support Operations**. London, 2004.
- REINO UNIDO. **Handbook Army Code 71658: Tactical Handbook for Operations other than War**. London, 1998.
- REVISTA DE LAS ARMAS Y DE LOS SERVICIOS DE TIERRA ESPAÑOL. Madrid. **La Fuerza de Paz en la Rehabilitación Posbélica: Análisis del Cumplimiento de su Misión**. p 12-21. Marzo, 2003.
- TAVARES, Ricardo Neiva. **As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas**. Brasília: FUNAG; 1999.
- THEODORO, Julio Cezar. **Emprego das Forças Armadas do Brasil em Operações de Paz**. Rio de Janeiro: CPAEx, ECEME, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso.
- SELE, Richard K. **Engajando Centros de Gravidade e Vulnerabilidades Cívicas**. *Military Review*, Fort Leavenworth, p. 31-37, Janeiro-Fevereiro, 2005.